



**Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros,
Augusto Santos Silva, no encerramento do debate parlamentar sobre o
programa do Governo**

31 de outubro de 2019

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Com a passagem do programa na Assembleia da República e a conseqüente entrada em plenitude de funções do XXII Governo Constitucional, inicia-se a segunda etapa do caminho que vem sendo trilhado desde 2015. Este caminho é pontuado por um objetivo fundamental: a convergência.

Portugal precisa de, pelo menos, uma década de convergência com a União Europeia. Estamos agora a chegar a meio dessa década.

Temo-nos aproximado dos melhores padrões europeus em vários domínios fundamentais: no crescimento do produto interno bruto e na parte desse crescimento devida às exportações e ao investimento privado; na criação de emprego e na redução do desemprego; na consolidação orçamental e na estabilidade do sistema financeiro; na redução do abandono escolar, na melhoria das aprendizagens e na acessibilidade do ensino superior; nos cuidados de saúde; na diminuição das desigualdades e do risco de pobreza e exclusão social.

Estamos melhor do que a média europeia em áreas tão cruciais como a paz, segurança e tranquilidade pública, a integração dos migrantes, a promoção das energias renováveis,

a estratégia de descarbonização da economia, a sustentabilidade da segurança social, o direito humanitário e a abertura ao mundo.

E precisamos de fazer mais e melhor para nos aproximarmos do desempenho médio europeu na produtividade, nos salários e rendimentos, na inovação, na tecnologia, na qualificação da gestão empresarial, na formação dos adultos, na luta contra violência de género.

A convergência é, pois, a orientação que guia o Governo porque é a melhor maneira de continuar a construir um percurso sustentável de desenvolvimento e prosperidade para todos.

Ao mesmo tempo, o programa do Governo responde a desafios estratégicos que nos são próprios ou que assumem entre nós tonalidades específicas. As alterações climáticas, o desafio demográfico, a transição digital e a igualdade - no quadro, bem entendido, de contas certas e de governação exigente, promovendo a participação da sociedade civil, a eficiência da administração, a transparência do Estado, o combate à burocracia e à corrupção.

A promoção da convergência na União Europeia e a resposta aos desafios do futuro próximo são os dois motores da ação do Governo, na continuidade da mudança já empreendida e do trabalho já realizado, mudança e trabalho cujos frutos foram tão claramente reconhecidos pelos portugueses nas eleições de 6 de outubro.

Este duplo objetivo não se consegue com políticas de austeridade cega, com o enfraquecimento do Estado social, com a diminuição dos direitos das pessoas e, em particular, dos trabalhadores; nem se consegue com irresponsabilidade financeira, como aquela em que incorrem todos quantos se limitam a prometer baixas de impostos ao mesmo tempo que exigem o aumento da despesa ou a expansão do investimento e dos serviços públicos.

E está aqui a principal linha de clivagem neste Parlamento. Aqui se encontra a fratura entre o presente Governo e a presente maioria parlamentar, de um lado, e, do outro, a Oposição que se situa no lado direito do hemiciclo. Tivemos ontem ocasião de constatar o silêncio absoluto do líder do maior partido da Oposição sobre qualquer dos desafios estratégicos que temos de enfrentar. Ao invés, ouvimo-lo confessar que lhe parecia “arrojado” prosseguir uma subida do salário mínimo nacional até aos 750 euros. Aquele

silêncio e esta confissão sintetizam o programa da Oposição parlamentar: indiferença pelos problemas de fundo e crença convicta nas pretensas soluções que se resumem a reduzir direitos e a cortar rendimentos. Em resumo: olhar para trás.

A convergência que queremos prosseguir e os desafios estratégicos a que queremos responder pedem estabilidade política, clareza programática, rigor orçamental e políticas públicas orientadas para o crescimento da economia e do emprego, para a melhoria dos rendimentos, para o reforço das funções sociais do Estado, para o incentivo ao investimento, para a modernização da administração pública.

Mas, se esta orientação nos distingue bem da Oposição – que, nesta como na anterior Legislatura, se situa à direita - não podemos perder de vista que ela contém um requisito essencial: o enquadramento das nossas políticas no espaço europeu e, em particular, na Zona Euro, com o respeito pelas regras e os compromissos assumidos. Foram precisamente as políticas anti-austeridade, devolvendo os direitos e rendimentos, estimulando o investimento e o consumo, baixando os impostos e trazendo confiança aos agentes económicos, que nos permitiram cumprir finalmente os objetivos do défice, iniciar a redução sustentada da dívida pública e restabelecer a credibilidade internacional do país. Foi esta capacidade de realizar políticas alternativas à receita da Troica, dentro e não fora do quadro das nossas obrigações europeias, que permitiu aos portugueses gastarem menos com os juros, pouparem no IRS e passarem a dispor de condições de financiamento do Estado, das empresas e das famílias mais favoráveis do que nunca.

O Governo que melhorou os rendimentos das pessoas, repôs a normalidade institucional e combateu a precariedade laboral, o Governo que agora se propõe ir mais longe na prestação dos serviços públicos, na proteção social, na qualificação dos recursos humanos e na modernização da economia, com uma agenda reformista e progressista, é exatamente o mesmo Governo totalmente empenhado na integração europeia e totalmente respeitador dos compromissos inerentes a essa integração.

Não avançámos no passado apesar das restrições da União Europeia, mas porque soubemos defender os nossos interesses e pontos de vista dentro da União Europeia. Não avançaremos no futuro apesar de estarmos na Europa, mas por causa de estarmos na Europa e de contribuirmos ativamente para o futuro da Europa.

O programa da convergência é por isso um programa abrangente e sistemático. Não basta distribuir: para distribuir com justiça e equidade precisamos de criar riqueza com conhecimento, inovação e produtividade. Não basta querer avançar: para avançar sustentadamente precisamos de seguir passo a passo, com prudência e segurança. Não basta invocar o povo: para mobilizar a cidadania e os agentes económicos precisamos de respeitar o equilíbrio entre as instituições, praticar a concertação social, dinamizar a contratação coletiva, seguir, pois, uma linha de negociação, acordo e compromisso.

Eis a nossa agenda: progressista e reformista. Eis o nosso método: europeístas, credíveis e adeptos do gradualismo, do diálogo e dos entendimentos. Eis a natureza deste Governo e do seu programa. Eis o seu propósito. Eis o seu rumo.

Não se espere, pois, do Governo outra leitura do mandato popular senão esta: reforço das condições sociais e políticas para prosseguir o caminho que começámos a trilhar em 2015. Num quadro europeu e internacional possivelmente mais complexo, mais incerto, mas com confiança na economia portuguesa, nas capacidades dos portugueses, na nossa vontade coletiva de progredir. Cometeria um enorme erro de análise quem pensasse que o Partido Socialista e o seu Governo retirariam dos resultados eleitorais a ideia de que agora se trataria de manobrar taticamente, buscando em cada momento os equilíbrios necessários para a sobrevivência, numa lógica pisca-pisca, manobrando por aqui ou por ali consoante as necessidades e as oportunidades de cada ocasião. Será exatamente ao contrário: asseguraremos a continuidade da mudança iniciada em 2015, com rumo estratégico, sem temores nem oscilações, sem desvios nem hesitações. Foi isso que o eleitorado nos disse, é isso que faremos: responder coerente e sistematicamente aos desafios estratégicos, com o nosso programa e a nossa linha de rumo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Saberemos estar à altura da exigência formulada pelos nossos concidadãos: manter o rumo, fazendo mais, fazendo melhor, com coerência e sentido de responsabilidade. Mas também saberemos respeitar e tirar partido das condições políticas que decorrem da escolha livre do povo soberano, tal como este Parlamento as expressa.

No passado dia 6 de outubro, o eleitorado tomou várias opções fundamentais que nos guiarão no próximo quadriénio. A primeira foi reforçar significativamente a influência

do Partido Socialista como partido liderante do processo político português. A segunda opção foi reduzir também significativamente a influência política dos partidos do centro-direita e da direita parlamentar. A terceira opção foi reforçar a maioria progressista na Assembleia da República, cuja lógica de entendimento e parceria havia permitido a estabilidade política que fora a base do sucesso da governação na legislatura precedente. E a quarta opção foi criar uma oportunidade para que esta mesma maioria possa incluir novos parceiros ou parceiros reforçados.

Este Governo e o seu programa são a consequência mais direta da primeira decisão do eleitorado – o reforço do PS e do seu projeto. Quanto à segunda decisão, lemo-la também como ensejo para que a Oposição parlamentar de centro-direita e direita possa reencontrar o seu caminho, tarefa que só a ela compete, mas de que a democracia precisa, porque a democracia fortalece-se com a clareza e a credibilidade das alternativas. O robustecimento da maioria parlamentar progressista, em condições que continuam a exigir o entendimento entre partidos de diversa natureza e orientações, tem um significado evidente que nenhum de nós pode ignorar: convida a um diálogo frutífero e continuado, capaz de garantir a estabilidade governativa ao longo de toda a legislatura, a qual é – todos o sabemos – condição indispensável para o sucesso da agenda progressista. E o facto de podermos agora contar com novos parceiros, ou parceiros mais fortes, com uma orientação estratégica convergente com a nossa, não deixa de enriquecer a qualidade e de incrementar a eficácia da maioria parlamentar.

Todas estas condições devem ser tidas em conta na nossa ação. Em primeiro lugar, elas estão definidas para a legislatura, isto é, valem até que o eleitorado possa de novo pronunciar-se sobre a representação e a governação de âmbito nacional. São condições parlamentares – e o Governo responde perante o Parlamento. Não dependem de decisões ulteriores noutras sedes políticas, como aquelas que, no decurso desta mesma legislatura, o eleitorado será chamado a tomar sucessivamente nas eleições presidenciais, autárquicas e regionais. Elas balizam o debate democrático, o quadro legislativo e o escrutínio do Governo. Elas permitem a pluralidade de pontos de vista e a dialética de apoio e oposição de que se alimenta a governação democrática.

Haverá domínios absolutamente essenciais para a qualidade da nossa democracia, a tranquilidade e o respeito mútuo na nossa sociedade e a perenidade dos nossos valores em que, estou certo, praticamente todo o Parlamento se unirá. Refiro-me à necessidade

de manter esta enorme vantagem de Portugal que é ser um país em que o nacional-populismo e a xenofobia não tem expressão política ou social relevante. Convém é que, ao contrário de ontem, o centro-direita não se deixe arrastar pela lógica das insinuações, dos ataques pessoais, da linguagem de tabacaria, dos casos e casinhos, da diminuição das regras e instituições judiciais, do desrespeito pela independência editorial da televisão pública; pode achar que assim retira espaço de manobra à direita extremista, mas na prática o que faz é alimentá-la.

Noutros domínios, também muito importantes para a nossa política interna e para o posicionamento geopolítico e influência internacional, teremos nesta legislatura, como já tivemos na anterior, os entendimentos indispensáveis para que as políticas de soberania tenham a continuidade que lhes dá coerência e força e para que as principais orientações nacionais em matéria de defesa e segurança, política europeia e política externa tenham a amplitude de apoio interpartidário e interinstitucional tão regularmente reconhecida e invejada pelos nossos parceiros internacionais. Cultivaremos ainda, agora como no passado recente, a mesma procura de compromissos e entendimentos alargados noutras agendas de longo prazo das políticas públicas, para lhes garantir a sustentabilidade das orientações de fundo, para além da natural alternância de Governos.

Depois, as decisões que tocam na vida das pessoas não se tomam apenas em sede parlamentar. A democracia pluralista é o regime dos equilíbrios; e este Governo continuará a cultivar, cultivará ainda mais e melhor, a cooperação com todas as demais instituições e agentes políticos e sociais. Respeito escrupuloso pelas competências e as palavras do Senhor Presidente da República. Cooperação quotidiana com as duas Regiões Autónomas e todos os municípios, quaisquer que sejam as colorações partidárias, em prol do aprofundamento das autonomias regionais e prosseguindo a grande avenida da descentralização. Cooperação com a concertação social e com cada um dos parceiros que a constitui. Incentivo constante à contratação coletiva, incluindo essa tarefa absolutamente prioritária nos dias de hoje que é defender o sindicalismo e o associativismo profissional contra as tentativas mais ou menos subterrâneas de o subverter, manipulando e colonizando lutas setoriais por propósitos de agitação política e radicalização violenta.

Tudo isto é verdade e fazemos questão de lembrá-lo hoje. Mas não é menos verdadeiro que a democracia parlamentar é o regime das alternativas claras, em que há um Governo e uma Oposição, em que há uma maioria e uma minoria. Circunstancialmente, decerto; mas, em cada circunstância concreta, há uma maioria e uma minoria, um Governo e uma Oposição.

Ora, por decisão inequívoca dos portugueses, a Oposição situa-se nesta como na legislatura anterior no lado direito do hemiciclo. Dela se espera distanciamento e crítica sistemática face ao Governo, porque a agenda do Governo, o programa para a convergência, as prioridades demográfica, climática, digital e pela igualdade, a preocupação com as contas certas, a modernização da administração pública, o reforço do Estado social e dos serviços públicos não têm infelizmente, como este debate demonstrou, relevância na agenda do centro-direita e da direita; nem o método e as medidas que escolhemos para realizar tais prioridades constam da ortodoxia que os saudosos do “ir além da Troica” e os amantes da política de casos tão ressentidamente cultivam.

Esta Oposição, que se consome nas guerras de alecrim e manjerona entre centristas e direita, conservadores e liberais, é minoritária no nosso Parlamento. É mais minoritária hoje do que na legislatura anterior. E, como na legislatura anterior, mas agora com mais força, existe uma maioria comprometida com avanços políticos, sociais e ambientais, uma maioria de partidos diferenciados, cada um com a sua identidade e a sua representatividade, cada um soberano nas suas escolhas, mas que já mostraram ter capacidade de diálogo, aproximação e entendimento.

O Governo julga que há, agora, ainda mais razões para desenvolver esse diálogo, prosseguir essa aproximação e conseguir esse entendimento. Há uma razão que decorre da composição parlamentar que o eleitorado arquitetou. Há uma razão que decorre das expectativas que o sucesso do trabalho anterior, muito legitimamente, consolidou junto das pessoas. Há a razão inerente às incertezas da situação europeia e internacional presente e do futuro próximo. Mas há, sobretudo, esta razão simples, límpida, óbvia, de hoje nos conhecermos melhor e sabermos de ciência certa que ruiu o muro que em Portugal impedia a comunicação entre as esquerdas; que desabou a fronteira que excluía parte da esquerda da responsabilidade de contribuir para a governação do país; que é necessário e é possível dialogar, que é necessário e é possível convergir.

Convergir não significa diluir, ignorar ou desvalorizar as diferenças. Não significa reduzir, muito menos anular, a diversidade das visões do mundo e dos interesses representados. Não significa suspender ou disfarçar o debate vivo e franco. Não significa tentar impor, submeter ou condicionar, de parte a parte. Não significa dar por adquirido à partida o que tem de ser laboriosamente acertado pelo diálogo e a negociação.

Pelo contrário. Não convergiremos em tudo, exprimiremos muitas vezes pensamentos opostos, apresentaremos muitas vezes propostas contrárias, conflituaremos em pontos críticos. Mas há uma lição e um aviso do passado recente, que o eleitorado incorporou e sufragou sem qualquer margem para dúvida. A lição é que, quando os parceiros dialogam sem reservas e para obter resultados, as parcerias funcionam e os resultados são obtidos. O aviso é que, nesta composição parlamentar, só é possível retirar as condições básicas de governação ao Governo do Partido Socialista através da constituição de uma coligação negativa e contranatura entre o centro-direita e direita e todas as forças à esquerda do PS – e todos sabemos, na maioria parlamentar, que isso não vai acontecer mas que, se acontecesse, seria uma traição ao nosso eleitorado.

Os portugueses destacaram nesta Assembleia da República uma maioria comprometida com o progresso do país: o progresso dos direitos, dos rendimentos, dos serviços e das funções do Estado, da economia, da ciência e da cultura, da ação climática, o progresso da coesão territorial, da descentralização, da igualdade de género, o progresso das condições de habitação, mobilidade e bem-estar. O convite que gostaria de formular em nome do Governo é que saibamos aproveitar a convergência possível neste amplo e heterogéneo leque de forças político-parlamentares para avançar ainda mais e ainda melhor – com mais força, com mais rapidez, de forma mais sustentada – na convergência do país com as melhores práticas europeias.

Uma convergência progressista para o processo de convergência: eis o que o eleitorado soberanamente tornou possível. Saibamos estar à altura dessa possibilidade, em prol de Portugal e em prol dos portugueses.